



Documento Assinado Digitalmente por: "JUVANEZ VIEIRA DE MELO JUNIOR"  
Acesse em: <https://stc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: fa677a08-4a3f-40d5-b269-c1dc86a842b

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO.**

**REFERÊNCIA: PROCESSO N°. 16100352-7. PRESTAÇÃO DE CONTAS.  
ASSUNTO NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA PRÉVIA  
RELATOR - MARCOS COELHO LORETO  
INSPETORIA REGIONAL DE ARCOVERDE - IRAR  
UNIDADE JURISDICIONADA- FUNDO DE PRÉVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE  
SOLIDÃO-PE.  
EXERCÍCIO- 2015**

**MARIA APARECIDA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA, Gerente de Previdência Municipal**, devidamente qualificada nos autos do processo em epigrafe, ora representada pelo Procurador que esta subscreve, **JUVANEZ VIEIRA DE MELO JUNIOR, advogado devidamente inscrito na OAB-PE sob o n° 38.738**, cujo documento procuratório será anexado a defesa previa em momento oportuno, instado a tanto ex vi notificação para apresentar defesa prévia que parte do Processo em epigrafe, vem, com o devido e costumeiro respeito, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### **DEFESA PREVIA**

pelos fatos e fundamentos a seguir expostos;



## **I- DOS FATOS**

Foi realizada análise de Prestação de Contas de Gestão no Fundo Previdência do Município de Solidão-PE, relativa ao exercício de 2015 cujo processo foi autuado sob o nº16100352-7.

De acordo com a análise foram encontrados as seguintes irregularidades não recolhimento integral das contribuições previdenciárias, prorrogação de contrato administrativo visando à dispensa indevida de Licitação, 3º não realização da avaliação atuarial do exercício de 2015 (ano base 2015), 4º ausência de registro individualizado de contribuições de Segurados e por fim aplicações do Recurso do RPPS em desacordo com parâmetros da resolução do CMnN nº 3.922-2010.

Diante das supostas irregularidades encontradas pela auditoria na prestação de contas de nº 16100352-7, foi determinado a notificação do suplicante para apresentar defesa previa a qual teve prorrogação para esta data 28 de Novembro de 2016.

Sendo assim passamos a apresentar os esclarecimentos necessários os quais determinaram que as medidas necessárias a solução de eventuais problemas forma solucionados.

## **II - NO MÉRITO**

### **A) DO NÃO RECOLHIMENTO INTEGRAL DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS;**

A alegação de que as contribuições previdenciárias do município de Solidão não estão ocorrendo não prospera, haja vista, que as entidades que atual no regime próprio do município elaboraram acordo de parcelamento respaldados em lei municipal, com o intuito de estabelecer a normalidades das contribuições previdenciárias, bem como a garantir a manutenção do regime previdenciário municipal.

Em foco ao recolhimento integral das contribuições previdenciárias, o município de Solidão encontra-se regular referente aos repasses Previdenciários, Patronal e Adicional, pelo fato da existência de um parcelamento firmado entre as entidades.



Documento Assinado Digitalmente por JUVANEZ VIEIRA DE MELO JUNIOR  
Acesse em: <https://stc.cce.ju.pe.gov.br/app/validaDocumento.asp?CodigoDocumento=16677a0a-4a3f-4005-b269-c1dc88e1842b>

Para a legalidade do parcelamento foi realizado um termo de acordo de parcelamento de nº 00286-2016, este elaborado em consonância com a municipal de nº 277 de Março de 2016. Documentos em anexo.

Sendo assim estando as entidades responsáveis pelo sistema previdenciário do município de solidão tomando as medidas necessárias para recolher contribuições previdenciárias, não se pode falar em irregularidade. Ademais com o intuito de demonstrar que o parcelamento encontra-se consolidado anexa a esta exordial o demonstrativo de parcelamento.

Por fim, estabelecido os esclarecimentos necessários se faz necessário desconsideração das referidas irregularidades, bem como a improcedência deste item e suas eventuais penalidades.

#### **B) DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO VISANDO À DISPENSA INDEVIDA DE LICITAÇÃO,**

Nobre Relator, A alegação de que a prorrogação de contrato administrativo visa à dispensa indevida de Licitação não prospera pelo fatos e fundamentos a seguir expostos.

Em análise a todo procedimento que determinou as prorrogações os contratos em comento os quais a auditoria identifica os documentos 37 contrato de termo aditivo de prestação de serviços técnicos e especializados de contabilidade, bem como o documento 38 contrato de termo aditivo de prestação de serviços especializadas em implantação e suporte de informatizados, ambos passaram por todo procedimento específico para sua prorrogação, os quais iniciaram por a elaboração de ofício demonstrando a necessidade de prorrogar até o parecer jurídico, que analisou sua possibilidade.

Em primeiro plano o contrato de termo aditivo de prestação de serviços técnicos e especializados de contabilidade, bem como o 38 contrato de termo aditivo de prestação de serviços especializadas em implantação e suporte de informatizados, tiveram suas autorizações baseados na prestação de serviços de forma continuada.

Neste sentido fale destacar o que determina o ordenamento vigente a Lei 8.666-03 em seu art. 57, II, in verbis;

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;



Documento Assinado Digitalmente por JUVANEZ VIEIRA DE MELO JUNIOR  
Acesse em: <https://www.tribe.pe.gov.br/cpa/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento:f6677a0f-4a3f-4005-b269-c1d688e1842b>

Sendo assim na especificação da Lei em comento as prorrogações tiveram qualquer forma irregular, e suas atuações para a municipalidade é de certo essencial pelo fato de continuidade, o que desencadeia em celeridade dos trabalhos realizados.

O fato é que, estando a municipalidade resguardada em lei no seu âmbito administrativo e sendo o referido ato vinculado a lei, ou seja, só deve fazer o que a lei determina, e sendo o ato necessário ao desenvolvimento da administração, bem como pelo ato inexistente favorecimento, ou aumento desnecessário dos serviços, estando todas essas premissas em concordância, não podemos dizer que existe uma irregularidade muito menos que há existência de um ato em desacordo com a lei.

Portanto é de fundamental importância salientar que NÃO, existe irregularidade na prorrogação dos contratos destacados pela auditoria que determinou a presente defesa, sendo que todos os procedimentos tomados para aditar as prorrogações foram tomados e encontram-se inseridos na prestação de contas auditada.

#### **C) DA NÃO REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO EXERCÍCIO DE 2016 (ANO BASE 2015)**

Neste sentido se faz a única e seguinte análise de que a realização da avaliação atuarial do exercício de 2016 (ano base 2015), encontra-se em fase de elaboração e finalização de acordo com declaração expressa e em anexo da Gerente de previdência e assistente financeira do fundo de Previdência do Município de Solidão -PE

Sendo assim Nobre Relator as medidas a realização da avaliação atuarial do exercício de 2016 (ano base 2015), estão sendo tomadas.

#### **D) DA AUSÊNCIA DE REGISTRO INDIVIDUALIZADO DE CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS.**

Foi detectado durante a auditoria realizada no Fundo de previdência do Município de Solidão o FUMPRESOL, que não existe registro individualizado das contribuições previdenciárias dos servidores e dos entes, conforme declaração da gestora.

Referido item tem fundamento, mas no momento esta sendo tomada as medidas cabíveis a solução do problema, a existência de planilha detalhada e individualizada das contribuições individualizadas é fonte para a elaboração do registro o qual neste momento já encontra-se em processo de análise, pela empresa contratada para gerenciar o sistema da folha de pagamento a PUBLICSOFT.



Documento Assinado Digitalmente por: "JUVANEZ VIEIRA DE MELO JUNIOR"  
Acesse em: <https://pcc.ice.pe.gov.br/epp/validarDoc.aspx?CodigoDoc=1067720054a314005b269c1dc88e1842b>

Sendo assim, tendo em vista que as medidas cabíveis estão sendo tomadas e que demanda um certo tempo, ver-se que a irregularidade referente à ausência de registro individualizado de contribuições de Segurados, está sendo sanada.

#### **E) DA APLICAÇÃO DO RECURSO DO RPPS EM DESACORDO COM OS PARÂMETROS DA RESOLUÇÃO DO CMN N° 3.922-2010.**

A auditoria também determina que há irregularidade no que diz respeito às aplicações do Recurso do RPPS em desacordo com os parâmetros da resolução do CMN n° 3.922-2010. Segundo documentos da prestação de contas nº 40, 41 e 42, no entanto a realidade atual é outra. O repasse do regime próprio previdenciário do município de Solidão, RPPS do ano de 2015, foi feito da seguinte forma o Patronal e Contribuição adicional referente ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, documento em anexo.

Para regularizar a lacuna existente e se enquadrar no ordenamento jurídico vigente que determina a existência de fundo próprio foi formado em parceria com a Caixa Econômica Federal o fundo previdenciário municipal de Solidão, neste ano de 2016, o que sana a irregularidade encontrada e regulariza a situação referente a este item no município de Solidão-PE.

As documentações referentes ao Fundo Previdenciário do município de Solidão estão encontra-se em anexo.

#### **III - O PEDIDO**

Em face do exposto requer;

Seja determinado improcedente as irregularidades referentes a;

- 1- não recolhimento integral das contribuições previdenciárias . por haver parcelamento que regulariza a situação dos recolhimentos.
- 2-,, prorrogação de contrato administrativo visando à dispensa indevida de Licitação. Por as prorrogações estarem em conformidade com a lei de licitações.
- 3- .. aplicações do Recurso do RPPS em desacordo com os parâmetros da resolução do CMN n° 3.922-2010. Por já ter sanado a referente irregularidade, com a fundação de um fundo próprio previdenciário no município de Solidão em parceria com a Caixa Econômica Federal.

Seja determinado a regularização e por fim identificado a tomada das medidas referentes a;



- 1- não realização da avaliação atuarial do exercício de 2016 (ano base 2015), por estar sendo realizada neste momento, bem como tomadas devidas providências a elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2016 (ano base 2015).
- 2- ausência de registro individualizado de contribuições de Segurados por estar sendo realizado pela empresa competente o devido registro individualizado de contribuições de Segurados.

Por fim, seja concedido em momento oportuno a juntada de novos documentos.

NESTE TERMOS PEDE  
E ESPERA DEFERIMENTO

Solidão 28 de novembro de 2016



JUVANEZ VIEIRA DE MELO JUNIOR  
ADVOGADO OAB-PE 38.738